



MUNICIPIO DE CAMINHA

Despacho

Presidência

Rui Lages

Ao longo dos últimos meses, a Câmara Municipal de Caminha, o Concelho de A Guarda e o Concelho do Rosal têm estabelecido um diálogo profundo, tendo em consideração a criação de uma Eurocidade, que envolva estas três entidades.

Entendemos que, unidos, a uma só voz, poderemos ter uma maior força negocial, encontrar novas fontes de financiamento e, acima de tudo, promover os laços histórico-culturais que unem estas margens do rio Minho.

A cooperação transfronteiriça é um instrumento válido para conseguir uma maior unidade entre os cidadãos do espaço europeu e Caminha, La Guardia e O Rosal estão fortemente empenhados nesse desiderato.

Deste modo, de comum acordo, foi lavrada uma minuta que permita às edilidades criarem a denominada *Eurocidade da Foz do Minho*.

Com a aprovação da presente proposta ficará o Presidente da Câmara Municipal com os poderes necessários para a constituição da Eurocidade.

Assim, remeta-se para reunião de Câmara, para discussão e votação e posterior submissão à Assembleia Municipal de Caminha.

Caminha, 11.06.2024

O Presidente da Câmara Municipal



(Rui Lages)



DECLARAÇÃO DE INTERESSE PARA A CRIAÇÃO DA “EUROCIDADE DA FOZ DO MINHO”

Reunidos:

Entre, Sr. Rui Miguel Rio Tinto Lages, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Caminha.

E, Sr. Roberto José Álvarez Carrero, na qualidade de Alcalde do Concello da Guarda.

E, Sra. Ánxela Fernández Callís, na qualidade de Alcaldesa do Concello do Rosal.

E reconhecendo-se mutuamente a representação das respetivas instituições, pelas quais atuam,

DECLARAM:

Que a cooperação transfronteiriça é um instrumento válido para alcançar uma maior unidade entre os cidadãos europeus.

Que o desaparecimento das fronteiras interiores da União Europeia coloca os cidadãos do espaço transfronteiriço numa posição de especial relevância no processo de estruturação da União Política Europeia.

Que é do interesse de Caminha, A Guarda e O Rosal aprofundar os laços de amizade e cooperação que unem os municípios.

Que é decisão dos municípios progredir nas suas relações de colaboração através de um quadro jurídico estabelecido.

Que os signatários estão cientes da importância de estabelecer mecanismos que contribuam para o desenvolvimento e fortalecimento do quadro de cooperação transfronteiriça, bem como da necessidade de executar projetos e





ações que tenham efetiva incidência entre Caminha, A Guarda e O Rosal, o que permitirá alcançar o desenvolvimento dos três municípios e o conseqüente benefício que isso trará aos seus habitantes.

Que os municípios de Caminha, A Guarda e O Rosal são territórios fronteiriços e limítrofes que contam com um rico património natural, histórico e cultural, partilham uma fronteira natural como é o Rio Minho e grande parte das suas principais características geográficas, económicas, sociais, históricas e culturais, o que favorece a cooperação entre eles, sem prejuízo da sua diferente estrutura política e administrativa.

Que os signatários se comprometem à comunicação, colaboração e intercâmbio de informação, conhecimentos e experiências, especialmente nas questões que digam respeito ao desporto, à cultura, ao património, à promoção económica, ao emprego, à política social e ao turismo, bem como favorecer o trabalho conjunto, promovendo a participação dos signatários em encontros, jornadas e eventos similares, com o objetivo de potenciar os conhecimentos e as propostas que desenvolvem em comum, o que enriquecerá e reforçará o vínculo existente entre eles.

Que os municípios de Caminha, A Guarda e O Rosal estão cientes da necessidade de aprofundar e reforçar a cooperação existente entre os três municípios transfronteiriços com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos seus cidadãos e de estabelecer um compromisso que permita avançar nesta cooperação transfronteiriça, provocando economias de escala mediante a criação da **“EUROCIDADE DA FOZ DO MINHO”**.

Que a criação da **“EUROCIDADE DA FOZ DO MINHO”** tem o propósito de incrementar os benefícios do trabalho em equipa entre as instituições, organizações e privados dos três municípios, fomentando uma ampla colaboração entre todos eles.

Que a Lei 10/2021, de 9 de março, reguladora da ação exterior e da cooperação para o desenvolvimento da Galiza, no seu artigo 26 dispõe:





“1. Os municipios galegos poderán cooperar con outros municipios portugueses veciños chegando a formalizar mesmo «Eurocidade/es», baixo a cobertura xurídica dunha agrupación europea de cooperación territorial (AECT) ou de calquera outra forma xurídica, con ou sen personalidade, recoñecida polos respectivos ordenamentos portugués e español, nos termos previstos na normativa internacional ou comunitaria que resulte de aplicación. Na hipótese de que se constitúan baixo a fórmula de AECT, a parte galega propiciará a máis estreita cooperación e coordinación con Galicia-Norte de Portugal, Agrupación Europea de Cooperación Territorial.

2. A efectos da presente lei, as Eurocidade/es estarán conformadas por dous ou máis concellos galegos e cámaras municipais portuguesas, con situación de contigüidade entre si ao longo do tramo galego da fronteira hispano-portuguesa.

3. As Eurocidade/es teñen como principal obxectivo a promoción da converxencia institucional, económica, social, cultural e medioambiental entre os concellos galegos e as cámaras municipais portuguesas que as compoñen, impulsando a utilización de servizos comúns como instrumento dinamizador da convivencia entre a poboación de ambos territorios.

4. A creación dunha Eurocidade farase por medio dun acordo entre os concellos galegos e as cámaras municipais portuguesas participantes, formalizado de acordo coa normativa de aplicación, no que se especifiquen, cando menos, os obxectivos que se pretenden acadar e os campos nos que van colaborar.”

Que a Convenção de Valência, entre o Reino de Espanha e a República Portuguesa, assinado em Valência, Espanha, em 3 de outubro de 2002, e publicado no Boletín Oficial do Estado n.º 219 de sexta-feira 12 de setembro de 2003, tem por objetivo promover e regular juridicamente a cooperação transfronteiriça entre instâncias e entidades territoriais portuguesas e instâncias e entidades territoriais espanholas no âmbito das suas respetivas competências, que deve processar-se no respeito pelo direito interno das





partes, pelo direito comunitário europeu e pelos compromissos internacionais assumidos por estas.

Que no ordenamento jurídico português a Convenção de Valência encontra-se aprovada por Resolução da Assembleia da República n.º 13/2003 e ratificado pelo Decreto do Presidente da República n.º 11/2003, ambos publicados no Diário da República, I Serie-A, n.º 51, de 1 de março de 2003.

Que face aos antecedentes e de acordo com o estabelecido na Convenção entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha sobre Cooperação Transfronteiriça entre Entidades e Instâncias Territoriais, os municípios de Caminha, A Guarda e O Rosal, assinam a presente declaração para a criação da **“EUROCIDADE DA FOZ DO MINHO”**.

Cláusula Primeira. Objeto.

1. A presente declaração tem como objetivo impulsionar a criação de um organismo de cooperação transfronteiriça desprovido de personalidade jurídica, sob a forma de grupo de trabalho, denominado **“EUROCIDADE DA FOZ DO MINHO”** entre os municípios de Caminha, A Guarda e O Rosal, de acordo com a língua oficial das partes, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do Artigo 5.º da Convenção entre o Reino de Espanha e a República Portuguesa sobre a Cooperação Transfronteiriça entre Instâncias e Entidades territoriais, assinado em Valência a 3 de outubro de 2002, adiante denominada Convenção de Valência.
2. A futura **“EUROCIDADE DA FOZ DO MINHO”** terá como finalidade acompanhar, promover, coordenar, apoiar ou executar atividades de cooperação transfronteiriça no âmbito do quadro legal definido no Tratado / na Convenção de Valência para organismos desprovidos de personalidade jurídica e na presente declaração e dentro das competências que o respetivo direito interno determine para cada uma das Partes.





Cláusula Segunda. Objetivos da Declaração.

A presente declaração de interesse tem como finalidade impulsionar o tratamento de assuntos de interesse comum, principalmente:

1. Intercâmbio de experiências e estudo de participação conjunta no desenvolvimento de programas culturais, desportivos e sociais.
2. Promover o conhecimento e aproximação entre as populações dos três municípios e constituir canais e mecanismos estáveis para isso.
3. Apostar na valorização e difusão do Património Cultural, Gastronómico e Histórico, e em soluções comuns de conservação, reutilização e incorporação de projetos inovadores.
4. Impulsionar e coordenar iniciativas, projetos e propostas de ação para a cooperação, integração e intercâmbio entre os três municípios signatários.
5. Promover e difundir os recursos e produtos turísticos dos três municípios.
6. Promover formas de relacionamento entre agentes, estruturas e entidades, públicas e privadas, que possam contribuir para o desenvolvimento dos territórios transfronteiriços respetivos.
7. Partilhar experiências para melhorar o posicionamento e desenvolvimento sustentável do território, com propostas para consolidar cada município como um destino diferenciado.
8. Trabalhar em conjunto na promoção do turismo, fomentando o conhecimento intercultural que o incentive.
9. Colaborar na realização de iniciativas promocionais conjuntas, no sentido de reforçar projetos que visem a promoção dos três municípios.





10. Fomentar as relacións institucionais entre os três municípios, incluíndo os principais agentes económicos respectivos, de forma a dinamizar e facilitar intercâmbios oportunos.
11. Promover o diálogo e a cooperación entre entidades públicas e privadas dos três municípios para contribuir para a integración económica e social, para geração de vantagens competitivas em comum, bem como para o desenvolvimento dos respetivos territórios transfronteiriços.
12. Coordenar e impulsar projetos, programas e propostas conjuntas que possam beneficiar de cofinanciamento de União Europeia, especialmente através dos programas de cooperación transfronteiriça.
13. Criar programas para a aproximação entre os vizinhos e vizinhas dos três municípios.
14. Possibilitar intercâmbios culturais que facilitem a transferência de conhecimento e práticas culturais no âmbito da organização municipal dos três municípios.
15. Envolver associações, empresas e coletividades dos três municípios para o intercâmbio de conhecimentos e experiências.
16. Qualquer outra modalidade que os signatários concordem.

Cláusula Terceira. Áreas de Intervenção.

Os signatários manifestam a sua vontade em facilitar e fomentar as mais fluídas relações, a fim de promover ações concretas nas áreas de interesse comum:

- Cultura
- Desporto
- Turismo
- Desenvolvimento Municipal





- Recursos Humanos
- Educación
- Política Social
- Meio Ambiente
- Gastronomía
- Qualquer outra área de cooperación que os três concellos conjuntamente acordem.

Cláusula Quarta. Objetivos da Futura Eurocidade.

No âmbito desta colaboración, os signatários acordam que poderán realizar, entre outras, as seguintes accións concretas:

- Estudiar cuestións de interese común;
- Intercambio de misións empresariais;
- Intercambio de información, documentación e materiais;
- Organización de feiras, seminarios e congresos;
- Intercambio de técnicos/as, especialistas e profesionais;
- Formación e capacitación de recursos humanos;
- Intercambio cultural, desportivo e artístico;
- Promoción conjunta;
- Promover formas de relación entre agentes, estruturas e entidades, públicas e privadas, suscetíveis de contribuir para o desenvolvemento dos respetivos territorios transfronteiriços.

Qualquer outra actuación relacionada com o objeto desta declaración poderá ser proposta durante a vigência da mesma. A nova proposta deve ser formulada e





—
aprovada pelas três entidades, documentando-se mediante o correspondente anexo à presente declaração.

E, em prova de conformidade com o aqui declarado, os representantes dos três municípios assinam a presente declaração de interesse em triplicado em galego, português e espanhol, sendo os três textos iguais.





DECLARACIÓN DE INTERESE PARA A CREACIÓN DA “EUROCIDADE DA FOZ DO MIÑO”

19

Reunidos:

Dunha parte, Don Rui Miguel Rio Tinto Lages, en calidade de Presidente da Cámara Municipal de Caminha.

Doutra, Don Roberto José Álvarez Carrero, en calidade de Alcalde do Concello da Guarda.

Doutra, Doña Ánxela Fernández Callís, en calidade de Alcaldesa do Concello do Rosal.

E recoñecéndose mutuamente a acreditada representación das súas respectivas institucións, por conta das cales actúan,

MANIFESTAN:

Que a cooperación transfronteiriza é un instrumento válido para acadar unha maior unidade entre os cidadáns europeos.

Que a desaparición das fronteiras interiores da Comunidade Europea sitúa aos cidadáns do espazo transfronteirizo nunha posición de especial relevancia no proceso de vertebración da Unión Política Europea.

Que é interese de Caminha, A Guarda e O Rosal afondar nos lazos de amizade e cooperación que unen aos municipios.

Que é decisión dos municipios progresar nas súas relacións de colaboración ao través dun marco xurídico axeitado.

Que os asinantes están convencidos da importancia de establecer mecanismos que contribúan ao desenvolvemento e fortalecemento do marco de cooperación transfronteiriza, así como a necesidade de executar proxectos e accións que





teñan efectiva incidencia entre Caminha, A Guarda e O Rosal, o que permitirá acadar o desenvolvemento dos tres municipios e o consecuente beneficio que iso suporá para os seus habitantes.

19

Que os municipios de Caminha, A Guarda e O Rosal son territorios fronteirizos e limítrofes que contan cun rico patrimonio natural, histórico e cultural, comparten fronteira natural como é o Rio Miño e gran parte das súas principais características xeográficas, económicas, sociais, históricas e culturais, o que favorece a cooperación entre elas, sen prexuízo da súa diferente estrutura política e administrativa.

Que os asinantes se comprometen á comunicación, colaboración e intercambio de información, coñecementos e experiencias, especialmente nas cuestións que afectan ao deporte, cultura, patrimonio, promoción económica, emprego, política social e turismo, así como a favorecer o traballo conxunto promovendo a participación dos asinantes en encontros, xornadas e eventos similares, co ánimo de potenciar os coñecementos e as propostas que desenvolven en común, o que enriquecerá e reforzará o vínculo existente entre eles.

Que os Municipios de Caminha, A Guarda e O Rosal están convencidos da necesidade de afondar e reforzar a cooperación existente entre as tres poboacións fronteirizas co obxectivo de mellorar a calidade de vida dos seus cidadáns e da idoneidade de establecer un compromiso que permita avanzar nesta cooperación transfronteiriza, provocando economías de escala mediante o impulso á creación da **“EUROCIDADE DA FOZ DO MIÑO”**.

Que o impulso á creación da **“EUROCIDADE DA FOZ DO MIÑO”** ten o propósito de incrementar os beneficios do traballo en equipo entre as institucións, organizacións e particulares dos tres municipios, fomentando unha ampla colaboración entre todas elas.

Que a Lei 10/2021, de 9 de marzo, reguladora da acción exterior e da cooperación para o desenvolvemento de Galicia, no seu artigo 26 dispón:





“1. Os municipios galegos poderán cooperar con outros municipios portugueses veciños chegando a formalizar mesmo «Eurocidade/es», baixo a cobertura xurídica dunha agrupación europea de cooperación territorial (AECT) ou de calquera outra forma xurídica, con ou sen personalidade, recoñecida polos respectivos ordenamentos portugués e español, nos termos previstos na normativa internacional ou comunitaria que resulte de aplicación. Na hipótese de que se constitúan baixo a fórmula de AECT, a parte galega propiciará a máis estreita cooperación e coordinación con Galicia-Norte de Portugal, Agrupación Europea de Cooperación Territorial.

2. A efectos da presente lei, as Eurocidade/es estarán conformadas por dous ou máis concellos galegos e cámaras municipais portuguesas, con situación de contigüidade entre si ao longo do tramo galego da fronteira hispano-portuguesa.

3. As Eurocidade/es teñen como principal obxectivo a promoción da converxencia institucional, económica, social, cultural e medioambiental entre os concellos galegos e as cámaras municipais portuguesas que as compoñen, impulsando a utilización de servizos comúns como instrumento dinamizador da convivencia entre a poboación de ambos territorios.

4. A creación dunha Eurocidade farase por medio dun acordo entre os concellos galegos e as cámaras municipais portuguesas participantes, formalizado de acordo coa normativa de aplicación, no que se especifiquen, cando menos, os obxectivos que se pretenden acadar e os campos nos que van colaborar.

Que o Tratado de Valencia asinado o 3 de outubro de 2002, entre o Reino de España e a República Portuguesa, asinado en Valencia o día 3 de outubro de 2002, e publicado no Boletín Oficial do Estado nº 219 do venres 12 de setembro de 2003, ten por obxecto promover e regular xuridicamente a cooperación transfronteiriza entre instancias territoriais portuguesas e entidades territoriais españolas no ámbito das súas respectivas competencias,





que debe procesarse no respecto ao dereito interno das partes, do dereito comunitario europeo e dos compromisos internacionais asumidos por estas.

Que no ordenamento xurídico portugués o Tratado de Valencia se atopa aprobado por Resolución da Asemblea da República n.º 13/2003 e ratificado por Decreto do Presidente da República n.º 11/2003, ambos publicados no Diario da República, I Serie-A, n.º 51, de 1 de marzo de 2003.

Que en vista dos antecedentes e de acordo co establecido no Tratado entre a República Portuguesa e o Reino de España sobre Cooperación Transfronteiriza entre Entidades e Instancias Territoriais, os municipios de Caminha, A Guarda e O Rosal, asinan a presente declaración para a creación da **“EUROCIDADE DA FOZ DO MIÑO”**

Cláusula Primeira. Obxecto.

1. Esta declaración ten por obxecto impulsar a creación dun organismo de cooperación transfronteiriza sen personalidade xurídica, coa forma de grupo de traballo, denominado **“EUROCIDADE DA FOZ DO MIÑO”** entre os municipios de Caminha, A Guarda e O Rosal, de acordo co idioma oficial das partes, nos termos do disposto na liña c do apartado 2 do artigo 5 do Tratado entre o Reino de España e a República Portuguesa sobre a Cooperación Transfronteiriza entre Instancias e Entidades Territoriais, asinado en Valencia o 3 de outubro de 2002, en adiante denominado Tratado de Valencia.

2. A futura **“EUROCIDADE DA FOZ DO MIÑO”**, terá como fin acompañar, promover, coordinar, apoiar ou executar actividades de cooperación transfronteiriza no ámbito do marco legal definido no Tratado de Valencia para os organismos sen personalidade xurídica e na presente declaración e dentro das competencias que o respectivo dereito interno determine para cada unha das Partes.





Cláusula Segunda. Finalidades da Declaración.

A presente declaración de interese ten como finalidade impulsar o tratamento de asuntos de interese común, principalmente:

1. Intercambio de experiencia e estudo de participación conxunta en desenvolvemento de programas culturais, deportivos e sociais.
2. Promover o coñecemento e acercamento entre as poboacións dos tres municipios e constituír canles e mecanismos estables para iso.
3. Posta en valor e difusión do Patrimonio Cultural, Gastronómico e Histórico, e solucións en común de conservación, reutilización e incorporación de proxectos innovadores.
4. Impulsar e coordinar iniciativas, proxectos e propostas de acción para a cooperación, integración e intercambio entre os tres municipios asinantes.
5. Promoción e difusión dos recursos e produtos turísticos dos tres municipios.
6. A promoción de formas de relación entre axentes, estruturas e entidades, públicas e privadas, que poidan contribuír ao desenvolvemento dos territorios fronteirizos respectivos.
7. Compartir experiencias para mellorar o posicionamento e desenvolvemento sostible do territorio, con propostas para consolidar cada municipio como destino diferenciado.
8. Traballar conxuntamente para a promoción do turismo, fomentando o coñecemento intercultural que o incentive.
9. Colaborar na relación de iniciativas promocionais conxuntas, co fin de reforzar os proxectos encamiñados á promoción dos tres municipios.
10. Fomentar as relacións institucionais entre os tres municipios, incluíndo aos principais axentes socioeconómicos respectivos, en orde a dinamizar e facilitar os intercambios oportunos.





11. Promover o diálogo e a cooperación entre entidades públicas e privadas dos tres municipios para contribuír á integración económica e social, á xeración de vantaxes competitivas en común, así como ao desenvolvemento dos respectivos territorios fronteirizos.
12. Coordinar e impulsar proxectos, programas e propostas conxuntas que poidan beneficiarse de cofinanciamento da Unión Europea, especialmente ao través dos programas de cooperación transfronteiriza.
13. Crear programas para o achegamento entre os veciños e veciñas dos tres municipios.
14. Posibilitar intercambios culturais que facilitarán a transferencia de coñecemento e prácticas culturais en ámbitos da organización municipal dos tres municipios.
15. Implicar a asociacións, empresas e colectivos dos tres municipios para o intercambio de coñecementos e experiencias.
16. Calquera outra modalidade que os asinantes conveñan.

Cláusula Terceira. Áreas de Intervención.

Os asinantes expresan a súa vontade de facilitar e fomentar as máis fluídas relacións a fin de impulsar accións concretas nas áreas de interese común.

- Cultura
- Deporte
- Turismo
- Desenvolvemento Municipal
- Recursos Humanos
- Educación
- Política Social
- Medio Ambiente





- Gastronomía
- Calquera outra área de cooperación que os tres concellos conxuntamente conveñan.

Cláusula Cuarta. Finalidades da futura Eurocidade.

No contexto desta colaboración, os asinantes acordan que poderán realizar, entre outras, as seguintes accións concretas:

- Estudar cuestións de interese común
- Intercambio de misións empresariais
- Intercambio de información, documentación e materiais
- Organización de feiras, seminarios e congresos
- Intercambio de técnicos/as, especialistas e profesionais
- Formación e capacitación de recursos humanos
- Intercambio cultural, deportivo e artístico
- Promoción conxunta
- Promover formas de relación entre axentes, estruturas e entidades, públicas e privadas, susceptibles de contribuír para o desenvolvemento dos respectivos territorios fronteirizos.

Calquera outra actuación relacionada co obxecto desta declaración poderá ser proposta durante a vixencia da mesma. A nova proposta debe ser formulada e aprobada polas tres entidades, documentándose mediante o correspondente anexo á presente declaración.





E, en proba de conformidade co aquí declarado, os representantes dos tres municipios asinan a presente declaración de interese por triplicado en galego, portugués e español, sendo os tres textos iguais.





DECLARACIÓN DE INTERES PARA LA CREACIÓN DE LA “EUROCIDADE DA FOZ DO MIÑO”

19

Reunidos:

De una parte, Don Rui Miguel Rio Tinto Lages, en calidad de Presidente de la Cámara Municipal de Caminha .

De otra, Don Roberto José Álvarez Carrero, en calidad de Alcalde del Concello de A Guarda.

De otra, Doña Ánxela Fernández Callís, en calidad de Alcaldesa del Concello de O Rosal.

Y reconociéndose mutuamente la acreditada representación de sus respectivas instituciones, por cuenta de las cuales actúan,

MANIFIESTAN:

Que la cooperación transfronteriza es un instrumento válido para lograr una mayor unidad entre los ciudadanos europeos.

Que la desaparición de las fronteras interiores de la Comunidad Europea sitúa a los ciudadanos del espacio transfronterizo en una posición de especial relevancia en el proceso de vertebración de la Unión Política Europea.

Que es interés de Caminha, A Guarda y O Rosal profundizar en los lazos de amistad y cooperación que unen a los municipios.

Que es decisión de los municipios progresar en sus relaciones de colaboración a través de un marco jurídico adecuado.

Que los firmantes están convencidos de la importancia de establecer mecanismos que contribuyan al desarrollo y fortalecimiento del marco de cooperación transfronteriza, así como la necesidad de ejecutar proyectos y





acciones que tengan efectiva incidencia entre Caminha, A Guarda y O Rosal, lo que permitirá lograr el desarrollo de los tres municipios y consecuente el beneficio que ello traerá para sus habitantes.

19

Que los municipios de Caminha, A Guarda y O Rosal son territorios fronterizos y limítrofes que cuentan con un rico patrimonio natural, histórico y cultural, comparten frontera natural como es el Río Miño y gran parte de sus principales características geográficas, económicas, sociales, históricas y culturales, lo que favorece la cooperación entre ellas, sin perjuicio de su diferente estructura política y administrativa;

Que los firmantes se comprometen a la comunicación, colaboración e intercambio de información, conocimientos y experiencias, especialmente en las cuestiones que afectan al deporte, cultura, patrimonio, promoción económica, empleo, política social y turismo, así como a favorecer el trabajo conjunto promoviendo la participación de los firmantes en encuentros, jornadas y eventos similares, con el ánimo de potenciar los conocimientos y las propuestas que desarrollan en común, lo que enriquecerá y reforzará el vínculo existente entre ellos.

Que los Municipios de Caminha, A Guarda y O Rosal están convencidos de la necesidad de profundizar y reforzar la cooperación existente entre las tres poblaciones fronterizas con el objetivo de mejorar la calidad de vida de sus ciudadanos y en la idoneidad de establecer un compromiso que permita avanzar en esta cooperación transfronteriza, provocando economías de escala mediante el impulso a la creación de la **“EUROCIDADE DA FOZ DO MIÑO”**.

Que el impulso a la creación de la **“EUROCIDADE DA FOZ DO MIÑO”** tiene el propósito de incrementar los beneficios del trabajo en equipo entre las instituciones, organizaciones y particulares de los tres municipios, fomentando una amplia colaboración entre todas ellas.

Que la Ley 10/2021, de 9 de marzo, reguladora de la acción exterior y de la cooperación para el desarrollo de Galicia, en su artículo 26 dispone:





“1. Los municipios gallegos podrán cooperar con otros municipios portugueses vecinos llegando a formalizar incluso «Eurocidade/es», bajo la cobertura jurídica de una agrupación europea de cooperación territorial (AECT) o de cualquier otra forma jurídica, con o sin personalidad, reconocida por los respectivos ordenamientos portugués y español, en los términos previstos en la normativa internacional o comunitaria que resulte de aplicación. En la hipótesis de que se constituyan bajo la fórmula de AECT, la parte gallega propiciará la más estrecha cooperación y coordinación con Galicia-Norte de Portugal, Agrupación Europea de Cooperación Territorial.

2. A efectos de la presente ley, las Eurocidade/es estarán conformadas por dos o más ayuntamientos gallegos y cámaras municipales portuguesas, con situación de contigüidad entre sí a lo largo del tramo gallego de la frontera hispano-portuguesa.

3. Las Eurocidade/es tienen como principal objetivo la promoción de la convergencia institucional, económica, social, cultural y medioambiental entre los ayuntamientos gallegos y las cámaras municipales portuguesas que las componen, impulsando la utilización de servicios comunes como instrumento dinamizador de la convivencia entre la población de ambos territorios.

4. La creación de una Eurocidade se hará por medio de un acuerdo entre los ayuntamientos gallegos y las cámaras municipales portuguesas participantes, formalizado de acuerdo con la normativa de aplicación, en el que se especifiquen, al menos, los objetivos que se pretenden alcanzar y los campos en los cuales van a colaborar.

Que el Tratado de Valencia firmado el 3 de octubre de 2002, entre el Reino de España y la República Portuguesa, firmado en Valencia el día 3 de octubre de 2002, y publicado en el Boletín oficial del Estado nº 219 del Viernes 12 septiembre 2003, tiene por objeto promover y regular jurídicamente la cooperación transfronteriza entre instancias territoriales portuguesas y entidades territoriales españolas en el ámbito de sus respectivas competencias, que debe procesarse en el respeto al derecho interno de las partes, del





derecho comunitario europeo y de los compromisos internacionales asumidos por estas.

Que en el ordenamiento jurídico portugués el Tratado de Valencia se encuentra aprobado por Resolución de la Asamblea de la República n.º 13/2003 y ratificado por Decreto del Presidente de la República n.º 11/2003, ambos publicados en el Diario de la República, I Serie-A, n.º 51, de 1 de marzo de 2003.

Que en vista de los antecedentes y de acuerdo a lo establecido en el Tratado entre la República Portuguesa y el Reino de España sobre Cooperación Transfronteriza entre Entidades e instancias Territoriales, los municipios de Caminha, A Guarda y O Rosal, firman la presente declaración de para la creación de la **“EUROCIDADE DA FOZ DO MIÑO”**

Clausula Primera. Objeto.

1. Esta declaración tiene por objeto impulsar la creación de un organismo de cooperación transfronteriza sin personalidad jurídica, con la forma de grupo de trabajo, denominado **“EUROCIDADE DA FOZ DO MIÑO”** entre los municipios de Caminha, A Guarda y O Rosal, de acuerdo con el idioma oficial de las partes, en los términos de lo dispuesto en la línea c del apartado 2 del artículo 5 del Tratado entre el Reino de España y la República Portuguesa sobre la Cooperación Transfronteriza entre Instancias y Entidades Territoriales, firmado en Valencia el 3 de octubre de 2002, en adelante denominado Tratado de Valencia.

2. La futura **“EUROCIDADE DA FOZ DO MIÑO”**, tendrá como fin acompañar, promover, coordinar, apoyar o ejecutar actividades de cooperación transfronteriza en el ámbito del marco legal definido en el Tratado de Valencia para los organismos sin personalidad jurídica y en la presente declaración y





dentro de las competencias que el respectivo derecho interno determine para cada una de las Partes.

Clausula Segunda. Finalidades de la Declaración.

La presente declaración de interés tiene como finalidad impulsar el tratamiento de asuntos de interés común, principalmente:

1. Intercambio de experiencia y estudio de participación conjunta en desarrollo de programas culturales, deportivos y sociales.
2. Promover el conocimiento y acercamiento entre las poblaciones de los tres municipios y constituir cauces y mecanismos estables para ello.
3. Puesta en valor y difusión del Patrimonio Cultural, Gastronómico e Histórico, y soluciones en común de conservación, reutilización e incorporación de proyectos innovadores.
4. Impulsar y coordinar iniciativas, proyectos y propuestas de acción para la cooperación, integración e intercambio entre los tres municipios firmantes.
5. Promoción y difusión de los recursos y productos turísticos de los tres municipios.
6. La promoción de formas de relación entre agentes, estructuras y entidades, públicas y privadas, que puedan contribuir al desarrollo de los territorios fronterizos respectivos
7. Compartir experiencias para mejorar el posicionamiento y desarrollo sostenible del territorio, con propuestas para consolidar cada municipio como destino diferenciado.
8. Trabajar conjuntamente para la promoción del turismo, fomentando el conocimiento intercultural que lo incentive.
9. Colaborar en la relación de iniciativas promocionales conjuntas, al fin de reforzar los proyectos encaminados a la promoción de los tres municipios.





10. Fomentar las relaciones institucionales entre los tres municipios, incluyendo a los principales agentes socioeconómicos respectivos, en orden a dinamizar y facilitar los intercambios oportunos.
11. Promover el diálogo y la cooperación entre entidades públicas y privadas de los tres municipios para contribuir a la integración económica y social, a la generación de ventajas competitivas en común, así como al desarrollo de los respectivos territorios fronterizos.
12. Coordinar e impulsar proyectos, programas y propuestas conjuntas que puedan beneficiarse de cofinanciación de la Unión Europea, especialmente a través de los programas de cooperación transfronteriza
13. Crear programas para el acercamiento entre los vecinos y vecinas de los tres municipios.
14. Posibilitar intercambios culturales que facilitarán la transferencia de conocimiento y prácticas culturales en ámbitos de la organización municipal de los tres municipios.
15. Implicar a asociaciones, empresas y colectivos de los tres municipios para el intercambio de conocimientos y experiencias.
16. Cualquier otra modalidad que los signatarios convengan.

Clausula Tercera. Áreas de Intervención

Los firmantes expresan su voluntad de facilitar y fomentar las más fluidas relaciones a fin de impulsar acciones concretas en las áreas de interés común.

- Cultura
- Deporte
- Turismo
- Desarrollo Municipal
- Recursos Humanos
- Educación





- Política Social
- Medio Ambiente
- Gastronomía
- Cualquier otra área de cooperación que los tres ayuntamientos conjuntamente convengan

Clausula Cuarta. Finalidades de la futura Eurociudad.

En el contexto de esta colaboración, los firmantes acuerdan que podrán realizar, entre otras, las siguientes acciones concretas:

- Estudiar cuestiones de interés común
- Intercambio de misiones empresariales
- Intercambio de información, documentación y materiales
- Organización de ferias, seminarios y congresos
- Intercambio de técnicos/as, especialistas y profesionales
- Formación y capacitación de recursos humanos
- Intercambio cultural, deportivo y artístico
- Promoción conjunta.
- Promover formas de relación entre agentes, estructuras y entidades, públicas y privadas, susceptibles de contribuir para el desarrollo de los respectivos territorios fronterizos.

Cualquier otra actuación relacionada con el objeto de esta declaración podrá ser propuesta durante la vigencia de la misma. La nueva propuesta debe ser formulada y aprobada por las tres entidades, documentándose mediante el correspondiente anexo a la presente declaración.





Y, en prueba de conformidad con lo aquí declarado, los representantes de los tres municipios firman la presente declaración de interés por triplicado en gallego, portugués y español, siendo los tres textos iguales.

